



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ACTA N.º 1 – 2017

No dia 12 de janeiro de 2017, pelas 11 horas, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, estando presentes os seguintes membros do Conselho Académico:

Membros docentes:

Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho;

Prof.^a Doutora Paula Vaz Freire;

Dr. João Serras de Sousa (em substituição do Prof. Rui Ataíde);

Membros não docentes:

Senhora Conceição Feiteiro;

Senhora Manuela Mouta;

Membros discentes:

Graça Silveira;

Paulo Ramos.

Esteve também presente a Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno (na qualidade de Diretora Executiva) e, ainda, o Presidente da AAFDL, Ricardo Stoffel (nos termos regulamentares e sem direito de voto).

O Prof. Doutor David Duarte informou o Presidente do Conselho Académico que a sua ausência se justificava em virtude de se encontrar em reunião de atribuição de bolsas de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O Diretor da Faculdade confiou ao Dr. João Serras de Sousa a incumbência de assegurar o secretariado desta reunião.

O Diretor começou por cumprimentar os presentes, dando início à reunião que obedeceu à seguinte ordem de trabalhos:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 1) Aprovação das atas das reuniões anteriores;
- 2) Outros Assuntos.

1) Aprovação das atas das reuniões anteriores;

O Diretor justificou a convocatória da reunião e a especial relevância deste ponto da ordem de trabalhos com as possíveis alterações na sua composição do Órgão, dada a proximidade das eleições dos alunos.

A Senhora Conceição Feiteiro e a discente Graça Silveira apontaram algumas falhas nas atas que foram remetidas para o Órgão. O Dr. João Serras de Sousa prontificou-se a fazer as alterações de acordo com as indicações que lhe foram dadas.

Os presentes aprovaram, assim, as atas por unanimidade.

Ainda quanto ao tema das atas do Conselho Académico, o Professor Doutor Pedro Romano Martinez informou que a ata desta reunião iria ser distribuída por via eletrónica, para que os membros pudessem ter conhecimento da mesma e aprová-la, caso assim entendessem. Os membros do Órgão não manifestaram qualquer oposição.

2) Outros assuntos;

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez introduziu uma questão relacionada com o número de alunos inscritos em orais de melhoria, procurando ponderar com os membros do Órgão eventuais medidas para baixar o número de desistências dos alunos inscritos. O Diretor explicou ainda que o problema é importante, na medida em que o elevado número de desistências se tem traduzido num importante encargo administrativo, que não encontra correspondência no custo que a desistência importa para aos alunos, por ser gratuita.

O Dr. Paulo Ramos precisou, porém, que a partir do momento em que a oral está marcada, há um encargo financeiro para o aluno. A Professora Doutora Cláudia Madaleno lembrou, ainda assim, que se desistir não há qualquer encargo.

O Diretor elucidou ainda que cerca de 10 % dos alunos inscritos em oral de melhoria tem desistido, o que se traduz num inconveniente para os docentes, em especial na sua gestão do número orais.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Professora Doutora Cláudia Madaleno explicou um pouco melhor a preocupação ali manifestada. Neste sentido, afirmou que o problema começa com o facto de se inscreverem num espaço de duas ou três semanas 2500 alunos (em média) em orais de melhoria. Depois disso, 500 alunos (em média) acabam por solicitar a sua desistência, o que se traduz em trabalhos a mais para os funcionários da Divisão Académica. Por fim, a Docente demonstrou ser esta uma preocupação relevante, na medida em que os Professores libertam dias inteiros das suas agendas para fazer orais (aparecendo apenas uma escassa percentagem dos alunos que se inscreveram *ab initio*).

O Presidente da AAFDL, Ricardo Stoffel, afirmou que a introdução de uma taxa para a desistência não resolve o problema, na medida em que será sempre possível ao aluno comparecer na prova e não responder a nada.

Já a Dra. Graça Silveira lembrou que a isenção do pagamento das orais de melhoria foi uma grande luta dos estudantes, no sentido de evitar um certo elitismo associado à sua realização. A discente afirmou, para além disso, não a percentagem de desistência aqui referida suficientemente relevante para haver um retrocesso nessa conquista. Todavia, avançando com esta solução, a Aluna concluiu que um hipotético emolumento deveria ter um valor menor do que era praticado anteriormente (15 €) sugerindo, por hipótese, 5€.

O Dr. João Serras de Sousa afirmou que o problema não se prende com o acesso às orais, mas sim impedir que alguns alunos se inscrevam a todas as orais para, num momento posterior, e em função do desenrolar do período de orais, decidirem ir (ou não). Essa ponderação deve ser feita antes da inscrição, sendo esse o problema que deve ser resolvido.

O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho venceu que os alunos que queiram fazer oral de melhoria continuam a não pagar qualquer emolumento. Evidenciou, assim, que o problema se coloca com os encargos associados à desistência, em que a falta não se afigura justificada.

O Dr. Paulo Ramos transmitiu ao Órgão que talvez fizesse sentido conciliar posições a respeito da marcação de orais. E que caso essa conciliação não fosse possível deveria existir uma possibilidade de desmarcação.

O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho lembrou, todavia, que a criação de normas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

numa estrutura administrativa complexa não se comparece com grandes derivas e hipóteses. Concordou, assim, que 15 € poderia ser um emolumento excessivo.

Em resposta, o Dr. Paulo Ramos afirmou que cerca de 60% das orais de melhoria que fez no curso foram feitas fora do turno e que essa questão se traduz numa indesejada imprevisibilidade.

O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho considerou pertinente esta observação, dizendo que talvez fizesse sentido isentar a desistência apenas quando a oral é marcada fora do turno de orais. A Professora Doutora Cláudia Madaleno alertou para os problemas associados à (im)possibilidade de adaptação da plataforma Fénix.

Neste sentido, a discente Graça Silveira perguntou se a plataforma Fénix ainda está a ser sujeita a testes, manifestando alguma surpresa. A Professora Doutora Cláudia Madaleno descansou a discente, afirmando que estão a decorrer dentro da normalidade.

Retomando o tema, a Dra. Graça Silveira disse só poder existir penalização quando a oral é feita fora do turno e que se deveria salvaguardar a proximidade de épocas.

O Presidente da AAFDL perguntou qual seria a viabilidade do sistema proposto pelo Professor Doutor Luís Pereira Coutinho. A Professora Doutora Cláudia Madaleno ficou de confirmar dessa viabilidade.

O Dr. Ricardo Stoffel perguntou, também a propósito da plataforma Fénix, como funciona a consulta pública de notas. A Professora Doutora Cláudia Madaleno esclareceu que esta plataforma não está adaptada a esse mecanismo. A esse propósito, adiantou também que a questão já tinha sido levantada junto da empresa responsável, mas que as prioridades ditaram o adiamento da resolução do problema. Neste caso — continuou — foi necessário dar prioridade à época de avaliação em curso.

O Presidente da AAFDL perguntou, assim, se seria possível a afixação em papel. À questão, a Senhora Diretora Executiva respondeu que essa possibilidade depende da existência de recursos físicos (v.g., placards em número suficiente). Ficou, por isso, de questionar a secretaria acerca dessa possibilidade.

O Dr. Ricardo Stoffel abordou, seguidamente, o problema da segurança da Faculdade. O representante da AAFDL perguntou como estava a situação da vigilância das traseiras de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Faculdade. O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho deu conta da assinatura do contrato com uma empresa e que estava acordada a colocação de câmaras de vigilância na zona da Biblioteca e dos cacifos: faltaria apenas a implementação. O Professor afirmou, portanto, que a solução passava pela ampliação do número de câmaras e que o novo contrato prevê a respetiva manutenção.

O Presidente da AAFDL abordou ainda a questão da iluminação nas traseiras da Faculdade. A Professora Cláudia Madaleno informou que o problema da iluminação nas traseiras se colocava com o facto de não ter sido colocada uma instalação elétrica subterrânea aquando das recentes intervenções naquela zona. O Dr. Ricardo Stoffel percebeu o sentido da preocupação da Senhora Diretora Executiva, mas mostrou-se preocupado com o facto de existir apenas um holofote nas traseiras da Faculdade. Sugeriu, nesse sentido que se fizesse uma «puxada» a partir desse holofote. Em resposta a estas preocupações, o Professor Doutor Pedro Romano Martinez informou que ia indagar junto do Senhor José Henriques da melhor solução, antevendo relativa facilidade no tratamento da questão.

O discente Paulo Ramos aproveitou também para saudar a colocação de cacifos na zona da sala de estudo, agradecendo mais uma vez a colaboração da direção na solução de mais um problema dos estudantes.

O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho agradeceu o reconhecimento do Dr. Paulo Ramos. O Professor colocou agora o problema do controlo das chaves dos cacifos colocados na sala de estudo. Questionou, assim, e atendendo a que o mesmo controlo é feito com os cacifos da biblioteca, se haveria algum funcionário da biblioteca que pudesse fazer esse trabalho. A Senhora Manuela Mouta respondeu não haver nenhum funcionário especialmente alocado a essa função, afirmando, aliás, ser esse um problema. Perguntou, nesse sentido, se seria viável colocar um segurança a fazer esse trabalho

De seguida, a Senhora Manuela Mouta questionou se seria possível alocar um segurança ao controlo de entradas na biblioteca, junto dos torniquetes. Finalmente, a Representante dos Funcionários deu conta do problema das fotocopiadoras da biblioteca (que se encontram obsoletas) e que os funcionários gastam muito do seu tempo na manutenção das mesmas.

A Professora Doutora Cláudia Madaleno deu nota, a este respeito, da anulação de um

acordo quadro anteriormente celebrado e informou o órgão de que o Senhor Rui Pina já se encontra a fazer um estudo de mercado para a aquisição de fotocopiadoras.

Posteriormente, a Professora Doutora Paula Vaz Freire enalteceu que ao acesso noturno à Faculdade se passou a efetuar pela porta principal da Faculdade, o que representa um grande ganho do ponto de vista da segurança daqueles que frequentam a Faculdade durante o período noturno.

Por outro lado, a Professora questionou se o espaço de refeição já se encontra em funcionamento. Nesta sequência, o Presidente da AAFDL informou o Órgão de que já há acesso ao espaço, mas que não se encontra em pleno funcionamento. A abertura em pleno — disse — estima-se para o início do segundo semestre.

A Senhora Conceição Feiteiro pediu a palavra para alertar para um conjunto de questões. Em primeiro lugar, saudou a Direção da Faculdade pela concretização da mudança da Tesouraria, passando os funcionários a trabalhar em condições dignas.

Seguidamente, saudou também a Direção pela realização da festa de natal, fazendo um reparo: na próxima festa seria importante que os funcionários aposentados fossem convidados (o que não se verificou relativamente a muitos deles). O Professor Pedro Romano Martinez afirmou ser esta uma preocupação atendível.

Em terceiro lugar, aplaudiu a retirada de um placard que se encontrava à saída do metro e que prejudicava os invisuais que chocavam frontalmente com ele.

A Senhora Conceição abordou ainda o problema das instalações onde foi feita a recolha de sangue na Faculdade. Assim, deu conta de que a recolha tinha sido feita em condições que considerou péssimas, sobretudo no inverno. Isto porque não haveria iluminação no local onde foi realizada.

A Representante dos funcionários alertou ainda para o problema da reciclagem na Faculdade. Assim, disse ter sido, em tempos (no Conselho Diretivo com o Professor Doutor Sousa Franco) seu objetivo que se fizesse reciclagem na Faculdade. Essa recolha passou a ser feita. Informou, porém, ter a sensação de que a equipa de limpeza não está a fazer essa reciclagem. O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho manifestou-se preocupado e disse que ia abordar o problema com a equipa de limpeza.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Senhora Conceição Feiteiro alertou ainda para o facto de ter chamado à atenção para o problema dos alunos que se «arrastam» durante anos e que representam um encargo para o erário público. Disse que esta referência tinha, assim, como propósito de relembrar a Direção desse problema.

Por fim, a Senhora Conceição perguntou ainda se o regulamento de bolsas de mérito tem sido divulgado pelos estudantes, justificando a sua questão com o facto de ver poucos alunos portugueses beneficiados. A Representante dos Funcionários afirmou ainda não estar a colocar em causa o júri e os resultados, estando apenas preocupada com a divulgação. Em resposta, a Professora Doutora Cláudia Madaleno e o Presidente da AAFDL afirmaram ter havido divulgação e, em função disso, muitas candidaturas.

A discente Graça Silveira pediu também alguns esclarecimentos relativos à mudança da tesouraria. Em primeiro lugar, questionou qual seria a utilidade das instalações antigas da tesouraria. Nesta sequência, a Professora Doutora Cláudia Madaleno disse estar a ser ponderada a afetação daquele espaço ao depósito de relatórios e de teses. Em segundo lugar, a aluna informou o Órgão que a mudança da tesouraria estava mal sinalizada. Por fim, questionou o Senhor Diretor se a mudança da tesouraria tinha impacto negativo, devido à supressão de uma sala de aula. Nesse sentido, o Professor Doutor Pedro Romano Martinez esclareceu que existem outros espaços na Faculdade que poderão servir esse propósito, pelo que essa perda será minimizada.

O Senhor Diretor deu ainda algumas informações acerca das eleições que se avizinham. Assim, deu conhecimento ao Órgão da publicação dos cadernos, faltando apenas a homologação dos mesmos, o que é incumbência do Conselho de Escola.

A Dra. Graça Silveira aproveitou para lembrar que as eleições deveriam ser o mais cedo possível, visto estarmos a incumprir os Estatutos da Faculdade, que preveem a realização das eleições em novembro. O Presidente da AAFDL explicou que os Estatutos não impõem a realização das eleições no mês de novembro, tendo o adiamento sido motivado pelo superior interesse da Escola, nomeadamente no que tange à aprovação do Regulamento de Avaliação da Licenciatura, que está a ser ultimada pelo Conselho Pedagógico.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Diretor da Faculdade agradeceu a presença de todos e, em especial, dos alunos que fizeram este mandato no Conselho Académico, merecendo, da parte do Senhor Diretor, uma palavra de reconhecimento



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

pela colaboração em todo o mandato. Por fim, o Professor Doutor Pedro Romano Martinez encerrou os trabalhos.

O Presidente do Conselho Académico

(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)

O secretário

(Dr. João Serras de Sousa)